

Polónia na mira

O Parlamento Europeu instou o governo polaco a cooperar com a Comissão Europeia e a chegar a um compromisso com os outros partidos polacos para resolver a crise constitucional que **põe em perigo a democracia, os direitos fundamentais e o Estado de Direito no país.**

ver pág. 6

APPLE e Fisco

A maioria dos eurodeputados **condenou as vantagens fiscais ilegais concedidas à Apple** pela Irlanda e apoiou a decisão tomada pela Comissão Europeia no dia 30 de agosto.

ver pág.12

Novo Comissário

O Parlamento Europeu deu o seu aval à nomeação do **britânico Julian King** para Comissário europeu da União da Segurança por 394 votos a favor, 161 contra e 83 abstenções

ver pág.11

em destaque:

Estado da União/2016

O populismo, o desemprego e a injustiça social são alguns dos principais desafios para a União Europeia, disse o presidente da Comissão, **Jean-Claude Juncker**, no seu discurso anual no Parlamento Europeu sobre o estado da União. **A crise dos refugiados, o Brexit e a luta contra o terrorismo** foram outros dos assuntos abordados no debate com os eurodeputados, que expressaram as suas posições sobre a melhor forma de dar resposta às preocupações dos cidadãos.

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, enumerou no início do seu discurso os maiores desafios que a UE enfrenta atualmente: a fragmentação, o populismo, o desemprego e a injustiça social. **“O populismo não resolve problemas, cria-os”**, afirmou Juncker. Sobre o Brexit, disse que respeita e lamenta a decisão do Reino Unido, mas que **“a UE enquanto tal não está em risco”**.

Paulo Rangel afirmou: **“Se a Comissão considerou que o Estado português não devia ser sancionado, também deve considerar que o povo português, as empresas, os cidadãos e também as universidades não devem ser penalizados por essa suspensão de fundos. Isso só aumentará, em Portugal e em Espanha, o populismo e a força daqueles que estão contra a integração e o projeto europeu”**.

Carlos Coelho disse que **“precisamos de agir especificamente para proteger as crianças não acompanhadas que chegam à nossa costa. Foram, pelo menos, mais de 90.000 em 2015. Só este ano já foram contabilizadas, segundo a Europol, mais de 10.000 desaparecidos no nosso continente. Mas sejamos claros: temos muitos milhares encurralados na Grécia. Não esqueçamos essas crianças também”**.

ver pág.7

Índice

PE respeita minuto de silêncio pelas vítimas do terramoto em Itália.....	3
Parlamento Europeu aprova nomeação de João Figueiredo para o Tribunal de Contas Europeu.....	3
Parlamento Europeu aprova acordo com Moçambique e outros países da África Austral.....	4
Polónia: PE urge governo polaco a seguir recomendações sobre Estado de direito.....	6
Debate sobre o estado da União 2016.....	7
Parlamento Europeu apoia nomeação de Julian King para comissário europeu da Segurança.....	11
Apple: Eurodeputados apoiam decisão contra vantagens fiscais ilegais.....	12
Ordem da sessão.....	13

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

PE respeita minuto de silêncio pelas vítimas do terramoto em Itália

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, relembrou na abertura da sessão plenária o trágico terramoto em Itália, no dia 24 de agosto, que tirou a vida a cerca de 300 pessoas e deixou mais de 3.000 desalojadas. Os eurodeputados respeitaram um minuto de silêncio pelas vítimas.

O terramoto afetou mais de 70 localidades italianas, incluindo Amatrice, Accumoli e Pescara del Tronto. *“As casas, os palácios e as igrejas podem e vão ser reconstruídos, mas o vazio deixado pelos que morreram não pode ser preenchido”*, disse Martin Schulz, enviando as suas condolências à família e aos amigos das vítimas.

Parlamento Europeu aprova nomeação de João Figueiredo para o Tribunal de Contas Europeu

O Parlamento Europeu deu um parecer favorável à proposta de nomeação de João Figueiredo para membro do Tribunal de Contas Europeu (TCE), em substituição de Vítor Caldeira. Os membros do TCE são propostos por cada Estado-Membro e nomeados pelo Conselho após consulta ao PE. A audição do candidato português na comissão parlamentar do Controlo Orçamental realizou-se no dia 5 de setembro, em Bruxelas.

Entre os cargos ocupados por João Figueiredo em Portugal, encontram-se os de juiz do Tribunal de Contas (2008-2016), secretário de Estado da Administração Pública (2005-2008), diretor-geral dos Serviços Prisionais (2001-2002), presidente do Instituto de Reinserção Social (1999-2001), chefe de gabinete do ministro da Justiça (1995-1999) e chefe de gabinete do secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça (1991-1995).

A proposta de nomeação de João Figueiredo para membro do Tribunal de Contas Europeu foi aprovada em plenário por 537 votos a favor, 38 contra e 94 abstenções.

Depois de nomeado pelo Conselho, João Figueiredo passará a ser o novo membro português do TCE, em substituição de Vítor Caldeira, que foi nomeado, em Portugal, para presidente do Tribunal de Contas nacional.

Vítor Caldeira, que cessará funções no final deste mês, é presidente do TCE desde 2008. O seu mandato foi renovado em 2011 para um segundo período de três anos e, em janeiro de 2014, para um terceiro. Caberá aos membros do TCE escolher o novo presidente da instituição.

Candidato cipriota aprovado e candidato maltês rejeitado

O PE aprovou também a proposta de nomeação do candidato cipriota, Lazaros Lazarou, reconduzido para um segundo mandato por 520 votos a favor, 48 contra e 120 abstenções, mas deu um parecer negativo à proposta de nomeação do candidato maltês, Leo Brincat, por 381 votos contra, 229 a favor e 58 abstenções. A decisão final sobre as nomeações será tomada pelo Conselho de Ministros da UE.

Funções do TCE e escolha dos seus membros

O TCE, sediado no Luxemburgo, é a instituição que realiza a auditoria das finanças da União Europeia. A sua função é contribuir para a melhoria da gestão financeira da UE e verificar como são usados os dinheiros públicos.

Os membros do TCE são escolhidos de entre personalidades que pertençam ou tenham pertencido, nos respetivos Estados, a instituições de fiscalização externa ou que possuam uma qualificação especial para essa função. Devem oferecer todas as garantias de independência, de acordo com o Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE).

O Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu, aprova os membros do Tribunal de Contas, que são propostos por cada Estado-Membro.

Parlamento Europeu aprova acordo com Moçambique e outros países da África Austral

Os eurodeputados aprovaram a celebração de um Acordo de Parceria Económica entre a UE e seis países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), entre os quais Moçambique. Com as medidas de abertura progressiva do mercado, estes países irão liberalizar 86% das suas trocas comerciais com a UE (74% no caso de Moçambique) ao longo de um período de dez anos, excluindo os produtos agrícolas e da pesca sensíveis.

As negociações do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a UE e seis dos quinze países da SADC - Moçambique, Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia - foram concluídas em julho de 2014, tendo o acordo sido assinado em junho deste ano. Angola, que também participou nas negociações, decidiu finalmente não rubricar o acordo, mas poderá aderir no futuro, nos termos de uma cláusula específica de adesão.

A celebração do acordo entre a UE e os seis países da SADC foi aprovada em plenário por 417 votos a favor, 216 contra e 66 abstenções.

Este acordo comercial regional só abrange atualmente o comércio de mercadorias, a cooperação para o desenvolvimento e disposições em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável. Deixa, no entanto, a porta aberta para a negociação de

novas disposições sobre serviços, investimentos, direitos de propriedade intelectual, contratos públicos e disposições reforçadas em matéria de desenvolvimento sustentável.

O grupo APE SADC é muito heterogéneo, incluindo dois países menos avançados (Lesoto e Moçambique) e um país do grupo BRICS (África do Sul), que celebrou um Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a UE em 1999.

Para o Botsuana, o Lesoto, Moçambique, a Namíbia e a Suazilândia, o APE garantirá um regime de acesso uniforme: isenção de direitos aduaneiros e de contingentes no acesso ao mercado da UE. Em relação à África do Sul, o APE substituirá as disposições pertinentes do Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação e aumentará o acesso ao mercado.

A UE é o maior parceiro comercial regional destes países. Em 2013, a UE importou produtos no valor de 31 mil milhões de euros do grupo APE SADC e exportou produtos no valor de 33 mil milhões de euros para a SADC.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Pedro Silva Pereira (S&D) Relator de parecer da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação. – *“Senhor Presidente, este acordo de parceria económica com os seis países da África Austral da comunidade CADC percorreu um caminho longo, mas o resultado é globalmente positivo e merece o apoio deste Parlamento, como aliás concluiu a Comissão de Desenvolvimento no parecer de que sou relator.*

Em primeiro lugar, este acordo é necessário para cumprir as regras da Organização Mundial de Comércio. Sem ele, os países africanos ficariam menos protegidos no comércio com a Europa.

Em segundo lugar, é um acordo que procura ser justo e é por isso assimétrico e gradual: permite que os países em desenvolvimento protejam os seus setores mais sensíveis e inclui salvaguardas quanto às indústrias, aos mercados agrícolas e à segurança alimentar.

Em terceiro lugar, este acordo tem um capítulo de desenvolvimento sustentável, com compromissos claros em matéria de direitos laborais e direitos ambientais. Nem tudo é perfeito, certamente, mas creio que podemos dizer que o resultado final é, de facto, positivo. O desafio agora está numa boa implementação e numa monitorização eficaz, e essa só existirá com um envolvimento efetivo da sociedade civil.

Saudamos, naturalmente, os compromissos aqui assumidos pela Senhora Comissária, mas este Parlamento espera mais do que palavras e não deixará de, ele próprio, monitorizar este processo e garantir uma boa implementação deste acordo, a bem dos interesses dos países nossos parceiros em África, mas também a bem dos valores da agenda comercial da União Europeia”.

Polónia: PE urge governo polaco a seguir recomendações sobre Estado de direito

O Parlamento Europeu instou o governo polaco a cooperar com a Comissão Europeia e a chegar a um compromisso com os outros partidos polacos para resolver a crise constitucional que põe em perigo a democracia, os direitos fundamentais e o Estado de Direito no país. O PE está também preocupado com as alterações à lei da comunicação social na Polónia, em especial no que respeita à independência editorial e à autonomia institucional dos meios de comunicação de serviço público.

O PE recorda ao governo de Varsóvia que “a UE se alicerça nos valores (...) aprovados pelo povo polaco por ocasião do referendo realizado em 2003” sobre a adesão à União e que esta “funciona com base na presunção de confiança mútua de que os Estados-Membros agem em conformidade com a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais”.

Os recentes acontecimentos na Polónia, como a paralisia do Tribunal Constitucional (TC), põem em perigo a democracia, os direitos fundamentais e o Estado de direito no país, dizem os eurodeputados numa resolução aprovada por 510 votos a favor, 160 contra e 29 abstenções.

Para além da crise constitucional, marcada pelo conflito quanto à composição e ao funcionamento do TC e pela recusa do governo em publicar todos os acórdãos do Tribunal, o PE está preocupado com as alterações a várias leis, como as relativas à comunicação social, à polícia, à função pública e ao Código de Processo Penal, bem como com a nova legislação de luta contra o terrorismo. As questões relativas aos direitos das mulheres são também “motivo de preocupação”, diz o PE.

Os eurodeputados saúdam a determinação da Comissão Europeia em prosseguir um diálogo “*construtivo e produtivo*” com o governo polaco com vista a encontrar soluções rápidas e concretas para as ameaças de natureza sistémica ao Estado de direito, salientando que este diálogo dever ser conduzido de forma “*imparcial*” e basear-se em dados concretos.

O PE insta o governo polaco a utilizar os três meses que lhe foram concedidos pela Comissão, em 27 de julho, para colaborar com os partidos representados no parlamento nacional com vista a chegarem a um compromisso que possa resolver a crise constitucional.

Contexto

A paralisia do Tribunal Constitucional polaco levou a Comissão Europeia a encetar um diálogo com o governo de Varsóvia no âmbito de um quadro normativo criado para salvaguardar o Estado de direito na UE. Não obstante as conversações, os problemas que ameaçam o Estado de direito não foram resolvidos de forma satisfatória e a Comissão considera que existe uma ameaça sistémica ao Estado de direito no país. Em 27 de julho, a Comissão enviou recomendações concretas às autoridades polacas sobre a forma de resolver esta situação com carácter de urgência.

Os eurodeputados já tinham expressado as suas posições num debate com a primeira-ministra polaca, Beata Szydło, em janeiro, e aprovado uma resolução sobre a situação na Polónia em abril.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Não é já a primeira vez que o Parlamento se pronuncia sobre a situação na Polónia. Desde a tomada de posse do atual governo, temos assistido à degradação do Estado de Direito neste Estado-Membro. É evidente que a cada nova eleição é possível - e até provável - uma alteração das políticas do estado. No entanto, o que manifestamente está a acontecer é uma mudança da própria natureza do Estado, que não pode ser tolerada. Não podemos tolerar a violação da liberdade de imprensa, não podemos tolerar a violação do direito à privacidade e o constrangimento sem precedentes da liberdade, não podemos tolerar que seja posta em causa a independência do poder judicial, não podemos tolerar a violação dos direitos das mulheres. Tudo isto está em causa na Polónia. É evidente que necessitamos de uma abordagem construtiva e a União deve promover um diálogo produtivo com as autoridades nacionais. Mas é evidente que a casa dos cidadãos europeus, incluindo o povo polaco, não pode ficar indiferente e tem o dever exercer as suas competências, defendendo os nossos valores comuns”.*

Debate sobre o estado da União 2016

O populismo, o desemprego e a injustiça social são alguns dos principais desafios para a União Europeia, disse o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, no seu discurso anual no Parlamento Europeu sobre o estado da União. A crise dos refugiados, o Brexit e a luta contra o terrorismo foram outros dos assuntos abordados no debate com os eurodeputados, que expressaram as suas posições sobre a melhor forma de dar resposta às preocupações dos cidadãos.

Antes de dar a palavra ao presidente da Comissão, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, realçou a importância do debate sobre o estado da União no PE, especialmente num momento em que podemos estar a assistir a uma *“mudança fundamental”* na União e a dois dias da cimeira informal de Bratislava.

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, enumerou no início do seu discurso os maiores desafios que a UE enfrenta atualmente: a fragmentação, o populismo, o desemprego e a injustiça social. *“O populismo não resolve problemas, cria-os”*, afirmou Juncker. Sobre o Brexit, disse que respeita e lamenta a decisão do Reino Unido, mas que *“a UE enquanto tal não está em risco”*.

O presidente da Comissão apresentou depois aos eurodeputados as principais iniciativas que vão ser propostas pelo executivo comunitário. **Discurso Juncker**

Líderes dos grupos políticos

O líder do PPE, **Manfred Weber** (Alemanha), disse que, para a juventude, *“a*

Europa significa um futuro melhor”, recordando a visão pró-europeia de muitos jovens que viajaram este verão pela Europa com bilhetes Interrail. Na sua intervenção, Weber referiu-se também à Turquia, que considera ser um “*parceiro importante, mas que não pode ser um membro pleno da UE*”. O eurodeputado disse ainda que “*as pessoas não querem uma Europa dividida, querem soluções*”.

O líder do grupo S&D, **Gianni Pittella** (Itália), agradeceu a Juncker por ter dado respostas positivas às propostas do seu grupo, como em relação ao plano de investimento, a um crescimento sustentável, ao emprego e à luta contra a evasão fiscal. O eurodeputado disse que o discurso do presidente da Comissão foi “*responsável*”, elogiando o facto de ter mencionado a flexibilidade e de não ter feito referências à austeridade. Em relação ao Brexit, Pittella disse que a primeira-ministra britânica, Theresa May, deixou a UE num impasse nestes três meses que se seguiram ao referendo e insistiu que deve ser dada uma resposta a esta questão.

Segundo o líder do ECR, **Syed Kamall**, (Reino Unido), “*mais Europa, mais integração militar e mais dívida*” afastaram as pessoas da UE. “*O facto de não serem levadas em conta as preocupações legítimas dos cidadãos irá conduzir os eleitores a forças política radicais*”, vaticinou o eurodeputado, sugerindo que a UE “*faça menos, mas melhor (...) para dar resposta aos novos sinais, implementar reformas significativas que nos ajudem a concorrer e a dar oportunidades aos nossos cidadãos num mundo globalizado*”.

Guy Verhofstadt, líder do grupo ALDE (Bélgica,) disse que há uma divisão geracional na Europa, com os jovens a favor da UE e os mais velhos com uma atitude mais cética. “*Os populistas apregoam um falso sentimento de segurança, de que com muros e vedações se resolvem todos os problemas, mas como é que deixam as alterações climáticas ou os terroristas fora dos vossos países? Isso faz-se com vedações ou com políticas europeias?*”, questionou. O eurodeputado considera que “*a Europa é a cura para o cancro do nacionalismo*” e que o Brexit é uma oportunidade para a Europa.

“*As dívidas recaem sempre nos ombros dos cidadãos*”, lamentou **Gabriele Zimmer** (CEUE/EVN, Alemanha), defendendo que as prioridades devem ser emprego e habitação adequados para os cidadãos e que a UE deve ser verdadeiramente democrática. A eurodeputada disse que se continua a falar de flexibilidade e de emprego, mas duvida que os cidadãos acreditem nos discursos. “*Queremos soluções e respostas concretas*”, concluiu.

Rebecca Harms (Verdes/ALE, Alemanha) acredita que a UE é a resposta nos tempos incertos da globalização, apelando a novas ações que possam dar aos cidadãos “*uma nova confiança num novo caminho europeu comum*”. A eurodeputada defendeu também uma união em torno das questões climáticas e a ratificação rápida do acordo de Paris sobre o clima.

O líder do grupo EFDD, **Nigel Farage** (Reino Unido), manifestou novamente o seu agrado com o resultado do referendo britânico e disse que previa um crescimento rápido dos partidos da oposição na Europa e a realização de mais referendos. “*Não vão impedir os países da Europa de Leste de dizerem não à política de refugiados da Sra. Merkel*”, afirmou.

Marine Le Pen (ENF, França) disse que o discurso de Juncker foi “*insípido*” e que “*parecia o funeral da UE*”. A eurodeputada acrescentou que “*o Brexit quebrou um tabu e irá mostrar que se pode sair da UE e ficar melhor*”. Respondendo a uma questão de outro eurodeputado, Le Pen disse que, se for eleita Presidente da França nas eleições de 2017, irá propor um referendo “*Frexit*”.

Presidência eslovaca do Conselho

O secretário de Estado eslovaco para os assuntos europeus, Ivan Korčok, sublinhou que a UE está a enfrentar desafios sem precedentes, mas que tem, antes de mais, de lutar contra a incerteza. A cimeira informal dos 27 chefes de Estado e de governo em Bratislava é “*uma oportunidade para uma discussão franca e aberta*” no rescaldo no referendo no Reino Unido, afirmou.

Respostas do presidente da Comissão

Respondendo a algumas das questões dos eurodeputados, Juncker disse que estão a decorrer negociações intensas com a Turquia sobre a liberalização dos vistos, mas que estes não serão suprimidos sem que a Turquia tenha cumprido todos os critérios, como em relação às leis sobre o terrorismo, que ainda não foram alteradas.

No que diz respeito ao pilar social da UE, a Comissão está neste momento a proceder a consultas, disse aos eurodeputados.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Paulo Rangel (PPE) *“Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão Europeia, queria felicitá-lo pelo seu discurso, em que foi àqueles que são os pontos essenciais das prioridades da União Europeia e, em particular, as medidas concretas que são necessárias. Há, no entanto, uma pergunta que tenho de fazer, que é a seguinte: está muito preocupado com o populismo e até com o euroceticismo; no entanto, aquilo que nós vemos nas notícias, nos rumores e nos bastidores das instituições europeias é que se fala sobre a possibilidade de suspender e cortar os fundos estruturais a Portugal e a Espanha. Ora, países que fizeram sacrifícios enormes e que estão totalmente disponíveis para cumprir as metas não deviam ser sancionados desta maneira. Se a Comissão considerou que o Estado português não devia ser sancionado, também deve considerar que o povo português, as empresas, os cidadãos e também as universidades não devem ser penalizados por essa suspensão de fundos. Isso só aumentará, em Portugal e em Espanha, o populismo e a força daqueles que estão contra a integração e o projeto europeu”.*

Carlos Coelho (PPE) *“Sublinho a importância do debate anual sobre o Estado da União e felicito o Presidente Juncker pelo discurso que proferiu. Não podia estar mais de acordo em que precisamos de mais solidariedade a todos os níveis. Mas permita-me que destaque o que disse acerca da política migratória: precisamos de agir especificamente para proteger as crianças não acompanhadas que chegam à nossa costa. Foram, pelo menos, mais de 90.000 em 2015. Só este ano já foram contabilizadas, segundo a Europol, mais de 10.000 desaparecidos no nosso continente. Mas sejamos claros: temos muitos milhares encurralados na Grécia. Não*

esqueçamos essas crianças também. Concordo inteiramente que necessitamos de uma abordagem europeia coordenada para o conflito na Síria. Mas, se é certo que só assim começaremos a tratar dos problemas na sua origem, parece-me pouco crível que um novo fundo venha resolver alguma coisa. Quanto do prometido conseguimos já amealhar para o fundo fiduciário para África? Quanto do prometido no malfadado acordo com a Turquia conseguimos amealhar? Pouco, muito pouco. Senhor Presidente, exige-se aos governos nacionais que honrem os seus compromissos, mas não creio que a Comissão Europeia se possa demitir do seu papel apenas lançando propostas para a mesa”.

Maria João Rodrigues (S&D), *“Mr President, Europe must remain a means whereby European citizens can keep control of their lives in a globalised world, and for this we need a roadmap with better European solutions. With your speech you have made a remarkable contribution in this direction, and the European Parliament supports the adoption of very clear position exactly with this purpose. We would now like the European Council to deliver at the upcoming Bratislava summit, but let me tell you that, at the heart of this roadmap, we should have a strong social pillar, making sure that all European citizens can count on a common set of social standards on working conditions and social protection. This social pillar should entail powerful instruments to deliver on the social standards. We believe that the European Union must become, again, an engine for upward economic and social convergence and, as the law has delivered on cohesion policies, I believe that you should also deliver on completing the economic and monetary union”.*

Francisco Assis (S&D) *“No debate sobre o estado da União, Jean-Claude Juncker identificou três grandes prioridades para o próximo ano e voltou a chamar a atenção para a importância do tema dos refugiados, verdadeiro desafio à capacidade de afirmação dos valores civilizacionais de que a Europa se reclama. No seu discurso o Presidente da Comissão Europeia definiu o seguinte roteiro para o próximo ano: salvaguardar o modelo social europeu, ao rejeitar interpretações dogmáticas do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Tratado Orçamental; garantir a segurança dos cidadãos europeus através da criação de novos mecanismos de defesa, naturalmente articulados com a NATO, mas com carácter europeu; promover a assumpção de acordos comerciais entre a União Europeia e outros países ou regiões de modo a influenciar decisivamente a regulação da globalização. É agora importante passar das palavras aos actos. Perante este discurso proferido pelo presidente da Comissão Europeia, e depois do afastamento da aplicação de sanções, é absurdo que se continue a considerar a hipótese da suspensão dos fundos comunitários a canalizar para Portugal e para Espanha. Estou certo que o grupo socialista europeu estará na primeira linha do combate contra essa possibilidade, que mais não faria do que enfraquecer o projecto europeu”.*

João Ferreira (GUE/NGL). *“Senhor Presidente, Senhor Juncker, ontem mesmo, a Business Europe, a confederação do grande patronato europeu, apresentou o seu caderno de encargos para a próxima Cimeira Europeia. Não é preciso ser bruxo para adivinhar que, nas conclusões da cimeira, lá estarão todas as exigências do grande capital europeu, como acontece em todas as cimeiras e conselhos europeus, como aconteceu hoje, aqui, com o seu discurso. É esta a natureza da União Europeia e das suas instituições; são estes, e não outros, os interesses que defende. Para os povos, para aqueles que se erguem em defesa do seu direito ao futuro, do emprego, dos salários e dos rendimentos e da sua soberania, para esses sobram as ameaças e*

a chantagem. Veja-se o inqualificável processo de sanções contra Portugal. Salvar a Europa, sim, é urgente, mas para isso é necessário derrotar a União Europeia, porque a Europa de Juncker e Barroso, da Goldman Sachs e do LuxLeaks não será nunca a Europa dos trabalhadores e dos povos, dos que ganham a vida a vender a sua força de trabalho. Esta é a verdade cristalina e crua como punhos, que um dia vos vai estourar na cara”.

Marisa Matias (GUE/NGL) *“Senhora Presidente, vamos falar, então, do estado da União, mas vamos falar no concreto, e não continuar a fazer listas de generalidades. A Alemanha viola o limite de 6 % para os excedentes externos desde 2007 e já foi advertida em 2013. A Alemanha ignorou e o que fizeram foi aumentar os excedentes para valores recorde. No entanto, todos sabemos que nunca haverá sanções para a Alemanha. Porquê? Porque a Alemanha é a Alemanha. A França teve um défice orçamental de 3,5 % em 2015 e irá continuar a violar o limite do défice em 2016, e sabemos todos que não haverá sanções para a França. Porquê? Porque a França é a França. Portugal sofreu um dos processos de ajustamento mais dolorosos de toda a União Europeia e, de acordo com a Comissão Europeia, vai reduzir o défice para valores abaixo do limite legal. No entanto, continuamos todos a discutir um processo vergonhoso de sanções para Portugal, nomeadamente em termos de cortes dos fundos europeus. Porquê, Senhor Presidente? Porque Portugal é Portugal. Este é o estado da União que o Senhor Presidente ignorou no seu discurso. Mas diga-me uma coisa, Senhor Presidente, não sente vergonha?”*

Parlamento Europeu apoia nomeação de Julian King para comissário europeu da Segurança

O Parlamento Europeu deu o seu aval à nomeação do britânico Julian King para comissário europeu da União da Segurança por 394 votos a favor, 161 contra e 83 abstenções. O Tratado sobre o Funcionamento da UE prevê que um membro demissionário da Comissão seja substituído, pelo período remanescente do seu mandato, por um novo membro da mesma nacionalidade nomeado pelo Conselho, de comum acordo com o Presidente da Comissão, após consulta ao Parlamento Europeu.

Julian King foi proposto pelo governo do Reino Unido, ainda liderado por David Cameron, após a demissão de Jonathan Hill na sequência do resultado do referendo no Reino Unido. O antigo comissário britânico tinha a pasta da Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais. No dia 2 de agosto, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, anunciou a sua intenção de atribuir a pasta da União da Segurança a Julian King.

A audição do comissário indigitado na comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos realizou-se na segunda-feira, 12 de setembro. O presidente e os coordenadores da comissão parlamentar fizeram uma avaliação positiva do desempenho do candidato, transmitindo essa informação à Conferência dos Presidentes do PE (presidente da instituição e líderes dos grupos políticos).

Como se trata da nomeação de um único comissário, a votação em plenário foi feita por escrutínio secreto.

Segundo o Tratado da UE, “os membros da Comissão são escolhidos em função da sua competência geral e do seu empenhamento europeu de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência”.

Apple: Eurodeputados apoiam decisão contra vantagens fiscais ilegais

A maioria dos eurodeputados condenou as vantagens fiscais ilegais concedidas à Apple pela Irlanda e apoiou a decisão tomada pela Comissão Europeia no dia 30 de agosto. Num debate em plenário com a comissária europeia da Concorrência, Margrethe Vestager, os eurodeputados defenderam um sistema fiscal justo baseado no princípio da tributação no Estado-Membro onde os lucros são gerados.

O executivo comunitário declarou, em 30 de agosto, que o tratamento fiscal seletivo da Apple na Irlanda é ilegal ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, pois confere à Apple uma vantagem significativa face a outras empresas que estão sujeitas às mesmas regras de tributação nacionais.

A Irlanda tem agora de recuperar os impostos não pagos pela Apple no país, que podem atingir 13 mil milhões de euros, acrescidos de juros. Vários eurodeputados criticaram os planos da Apple e da Irlanda de recorrerem da decisão. A comissária Margrethe Vestager disse que têm o direito de recorrer, mas garantiu que a Comissão tomou uma “*decisão robusta e iremos defendê-la em tribunal*”.

O PE tem vindo a investigar este tipo de práticas fiscais desde as revelações do “*Luxleaks*” e aprovou recomendações das comissões especiais TAXE I e TAXE II no sentido de um sistema fiscal justo baseado no princípio da tributação no Estado-Membro onde os lucros são gerados.

Ordem do dia 12 a 15 Setembro de 2016

► Segunda-feira, 12 Setembro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Discussão conjunta - Energia

Rumo a uma nova configuração do mercado da energia - *Relatório: Werner Langen (A8-0214/2016)*

Estratégia da UE para o aquecimento e a refrigeração - *Relatório: Adam Gierek (A8-0232/2016)*

Discussão conjunta - Coesão

Reforço da competitividade das PME - *Relatório: Rosa D'Amato (A8-0162/2016)*

Política de coesão e estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3) - *Relatório: Ramón Luis Valcárcel Siso (A8-0159/2016)*

Cooperação Territorial Europeia - melhores práticas e medidas inovadoras - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0202/2016)*

Estratégia da UE para a região alpina - *Relatório: Mercedes Bresso (A8-0226/2016)*

Fundo Fiduciário da UE para África: implicações para o desenvolvimento e a ajuda humanitária - *Relatório: Ignazio Corrao (A8-0221/2016)*

Breve apresentação do seguinte relatório:

Criação de condições no mercado de trabalho favoráveis ao equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional - *Relatório: Tatjana Ždanoka, Vilija Blinkevičiūtė (A8-0253/2016)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 13 Setembro

09:00 - 12:20

Resultados da Cimeira do G20 - *Declarações do Conselho e da Comissão 3*

Inquérito à medição das emissões no setor automóvel - *Relatório: Pablo Zalba Bidegain, Gerben-Jan Gerbrandy (A8-0246/2016)*

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

A Política de coesão e estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3) - *Relatório: Ramón Luis Valcárcel Siso (A8-0159/2016)*

Cooperação Territorial Europeia - melhores práticas e medidas inovadoras - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0202/2016)*

Inquérito à medição das emissões no setor automóvel - *Relatório: Pablo Zalba Bidegain, Gerben-Jan Gerbrandy (A8-0246/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade de István Ujhelyi - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0229/2016)*

Pedido de defesa dos privilégios e imunidades de Rosario Crocetta - *Relatório: Heidi Hautala (A8-0230/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade de Sotirios Zarianopoulos - *Relatório: Gilles Lebreton (A8-0233/2016)*

Acordo UE-China relativo à adesão da Croácia - *Recomendação: Iuliu Winkler (A8-0231/2016)*

Acordo UE-Uruguai relativo à adesão da Croácia - *Recomendação: Pablo Zalba Bidegain (A8-0241/2016)*

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Lazaros Stavrou Lazarou - *Relatório: Igor Šoltes (A8-0258/2016)*

Proposta de nomeação de um Membro do Tribunal de Contas — João Figueiredo - *Relatório: Igor Šoltes (A8-0259/2016)*

Nomeação de um Membro do Tribunal de Contas - Leo Brincat - *Relatório: Igor Šoltés (A8-0257/2016)*

Estatísticas do comércio externo com países terceiros (poderes delegados e competências de execução) - *Recomendação para segunda leitura: Bernd Lange (A8-0240/2016)*

Estatísticas sobre os preços do gás natural e da eletricidade - *Relatório: Barbara Kappel (A8-0184/2016)*

Rumo a uma nova configuração do mercado da energia - *Relatório: Werner Langen (A8-0214/2016)*

Estratégia da UE para o aquecimento e a refrigeração - *Relatório: Adam Gierek (A8-0232/2016)*

Reforço da competitividade das PME - *Relatório: Rosa D'Amato (A8-0162/2016)*

Estratégia da UE para a região alpina - *Relatório: Mercedes Bresso (A8-0226/2016)*

Fundo Fiduciário da UE para África: implicações para o desenvolvimento e a ajuda humanitária - *Relatório: Ignazio Corrao (A8-0221/2016)*

Criação de condições no mercado de trabalho favoráveis ao equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional - *Relatório: Tatjana Ždanoka, Vilija Blinkevičiūtė (A8-0253/2016)*

15:00 - 24:00

Desenvolvimentos recentes na Polónia e respetivo impacto nos direitos fundamentais estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Situação na Turquia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação pós-eleitoral no Gabão - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Cimeira de Alto Nível das Nações Unidas subordinada ao tema "Abordar os grandes movimentos de refugiados e migrantes" - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relações entre a UE e a Tunísia no atual contexto regional - *Relatório: Fabio Massimo Castaldo (A8-0249/2016)*

«Dumping» social na UE - *Relatório: Guillaume Balas (A8-0255/2016)*

Apresentação pelo Conselho da sua posição sobre o projeto de orçamento geral - exercício de 2017 - *Declaração do Conselho*

Discussão conjunta - Acordo de Parceria Económica UE-SADC

Acordo de Parceria Económica entre a UE e os Estados do APE SADC - *Recomendação: Alexander Graf Lambsdorff (A8-0242/2016)*

Controlo parlamentar e monitorização pela sociedade civil do Acordo de Parceria Económica UE-CDSA

- *Pergunta oral (O-000108/2016 - B8-0713/2016)*

Principais objetivos da 17.ª sessão da Conferência das Partes na Convenção CITES em Joanesburgo -

Perguntas orais (O-000088/2016 - B8-0711/2016) (O-000089/2016 - B8-0712/2016)

► Quarta-feira, 14 Setembro

09:00 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO

Situação na União - *Declaração do Presidente da Comissão*

12:30 - 14:00 VOTAÇÃO

Protocolo do Acordo CE-Suíça sobre a livre circulação de pessoas (adesão da Croácia) - *Recomendação: Danuta Jazłowiecka (A8-0216/2016)*

Cimeira Social Tripartida para o Crescimento e o Emprego - *Recomendação: Csaba Sógor (A8-0252/2016)*

Prescrições técnicas das embarcações de navegação interior - *Recomendação para segunda leitura: Ivo Belet (A8-0256/2016)*

Acordo de Parceria Económica entre a UE e os Estados do APE SADC - *Recomendação: Alexander Graf Lambsdorff (A8-0242/2016)*

Acordo relativo à aplicação da Convenção sobre o Trabalho no Setor das Pescas - *Proposta de resolução*

Desenvolvimentos recentes na Polónia e respetivo impacto nos direitos fundamentais estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - *Propostas de resolução*

Relações entre a UE e a Tunísia no atual contexto regional - *Relatório: Fabio Massimo Castaldo (A8-0249/2016)*

«Dumping» social na UE - *Relatório: Guillaume Balas (A8-0255/2016)*

Regulamento Delegado da Comissão que complementa o Regulamento (UE) n.º 1286/2014 sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros (PRIIP)

15:00 - 24:00

Necessidade de uma política de reindustrialização europeia à luz dos recentes casos Caterpillar e Alstom - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Decisão sobre os auxílios estatais concedidos à Apple - *Declaração da Comissão*

Documento de viagem europeu para o regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular - *Relatório: Jussi Halla-aho (A8-0201/2016)*

Asilo: medidas provisórias em benefício da Itália e da Grécia - *Relatório: Ska Keller (A8-0236/2016)*

Orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros - *Relatório: Laura Agea (A8-0247/2016)*

Aplicação da Diretiva «Serviços Postais» - *Relatório: Markus Ferber (A8-0254/2016)*

Discussão conjunta - Pequenas e médias empresas

Acesso das PME ao financiamento e diversificação das fontes de financiamento das PME na União dos Mercados de Capitais - *Relatório: Othmar Karas (A8-0222/2016)*

Qual a melhor forma de aproveitar o potencial de criação de emprego das PME? - *Relatório: Zdzisław Krasnodębski (A8-0248/2016)*

Prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação - *Relatório: Petr Ježek (A8-0238/2016)*

► Quinta-feira, 15 Setembro

08:00 - 11:50

Rendimento mínimo na UE - *Pergunta oral (O-000087/2016 - B8-0710/2016)*

Aplicação da Diretiva relativa à igualdade no emprego - *Relatório: Renate Weber (A8-0225/2016)*

Atividades, impacto e valor acrescentado do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização entre 2007 e 2014 - *Relatório: Marian Harkin (A8-0227/2016)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Filipinas

Somália

Zimbabué

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Nomeação de um membro da Comissão Europeia - Sir Julian King (UK)

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Documento de viagem europeu para o regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular - *Relatório: Jussi Halla-aho (A8-0201/2016)*

Prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação - *Relatório: Petr Ježek (A8-0238/2016)*

Asilo: medidas provisórias em benefício da Itália e da Grécia - *Relatório: Ska Keller (A8-0236/2016)*

Orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros - *Relatório: Laura Agea (A8-0247/2016)*

Principais objetivos da 17.ª sessão da Conferência das Partes na Convenção CITES em Joanesburgo - *Proposta de resolução*

Aplicação da Diretiva «Serviços Postais» - *Relatório: Markus Ferber (A8-0254/2016) 12*

Acesso das PME ao financiamento e diversificação das fontes de financiamento das PME na União dos Mercados de Capitais - *Relatório: Othmar Karas (A8-0222/2016)*

Qual a melhor forma de aproveitar o potencial de criação de emprego das PME? - *Relatório: Zdzisław Krasnodębski (A8-0248/2016)*

Aplicação da Diretiva relativa à igualdade no emprego - *Relatório: Renate Weber (A8-0225/2016)*

Atividades, impacto e valor acrescentado do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização entre 2007 e 2014 - *Relatório: Marian Harkin (A8-0227/2016)*

15:00 - 17:00

Viciação de resultados - *Pergunta oral (O-000102/2016 - B8-0714/2016)*